



TOTALITARISMO, PODER E VIOLÊNCIA EM HANNAH ARENDT

Bárbara Gonçalves de Araújo Braga¹

Resumo: O totalitarismo, para Hannah Arendt, representou a forma mais flagrante e explícita da identificação entre poder e violência. Opondo-se a isso, a autora reivindica uma compreensão do poder como fenômeno eminentemente político, relacionado com a ação, o discurso, a liberdade, a esfera pública e a pluralidade humana. Este artigo apresenta, portanto, de que modo os esforços arendtianos para um resgate do sentido político do poder está inserido em uma situação em que a fusão e a confusão entre poder e violência passaram a representar uma efetiva ameaça de destruição do sentido da política.

Palavras-chave: totalitarismo; poder; violência; ação; liberdade.

¹ Mestranda em Filosofia na UFMG. E-mail: braga.barbara@yahoo.com.br

PODER E VIOLÊNCIA

Hannah Arendt concedeu, sem dúvida, uma relevante contribuição para a reflexão sobre o tema do poder, tão amplamente abordado sob diferentes perspectivas ao longo do século XX. A questão do poder no cenário contemporâneo surgiu a partir dos anos 70 e 80 do século passado, por meio de estudos pós-marxistas como os de Marcuse, Foucault, Deleuze e Guattari, Lyotard, Baudrillard, entre outros, todos reivindicando uma modificação nas reflexões tradicionais sobre a política em face dos insucessos, das amarguras e perplexidades derivadas do fracasso soviético, do enfraquecimento das rígidas fronteiras ideológicas e das experiências de dominação totalitária. Diferentemente de pensadores como Aristóteles, Hobbes e Hegel, que se preocuparam em delimitar o conceito de poder político exercido pelo Estado, muitos pensadores contemporâneos, como Arendt e Foucault, mudaram a perspectiva, inaugurando novos ângulos de abordagem, ainda que inteiramente distintos e até divergentes entre si. Não se trata mais de investigar o “bom governo”, a fundação da “potência soberana” que unifica e dirige o corpo político ou qual seria o poder estatal legítimo. O pensamento político tradicional entende o poder como uma relação de mando e obediência, guiando-se sempre pela questão “quem manda em quem?”, o que nos permite conceber negativamente o poder como sinônimo de coerção e coação pelo uso legal da violência. O problema do poder era colocado pelo liberalismo em termos de constituição, de soberania etc., portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado.

Todavia, expressivos autores políticos contemporâneos pretenderam refletir sobre as diferentes possibilidades de significação, configuração e mecanismos do “poder” para além do tema do Estado como instância política privilegiada ou como macroestrutura uniforme que domina a sociedade. Tornou-se cada vez mais importante e mais pertinente se desfazer dessa sinonímia entre Poder e Estado, a partir da qual o poder político foi considerado um aparelho central e exclusivo da “potência soberana”. O *poder* tornou-se cada vez mais o alvo do

questionamento contemporâneo, e não mais exclusivamente o *Estado*. De modos diferentes, os autores não reivindicaram uma mera mudança de termo, mas um deslocamento da perspectiva pela qual o poder sempre foi investigado, tendo em vista a superação da análise tradicional centrada no problema da relação mando-obediência, da sujeição ou dominação do homem pelo homem, da gênese e legitimidade do soberano e seu monopólio da força, dos aparelhos estatais e, enfim, da superestrutura jurídica e militar do Estado².

A abordagem arendtiana do poder parte justamente da constatação de que as guerras e as revoluções, e não o funcionamento de governos parlamentares baseados em partidos democráticos, foram as experiências políticas fundamentais do século XX. Desde o último século e, sobretudo, com o advento de regimes apoiados na aterrorização e doutrinação ideológica das massas, vemos que as guerras não são mais a continuação da política por outros meios: elas são, para Arendt, catástrofes monstruosas capazes de transformar o mundo em deserto e a Terra em uma matéria inanimada. Marcado pelas experiências totalitárias e, posteriormente, pela corrida armamentista de um mundo bipolarizado, o século XX se tornou, tal como Lênin previu, “um século de guerras e revoluções” (ARENDT, 2001a, p. 13), expressando a tal ponto a associação entre poder e violência que a busca pelo desenvolvimento técnico dos implementos da violência significava a medida do poder de uma nação.

Assim, a famosa afirmação de Clausewitz, de que a guerra seria “a continuação da política por outros meios” (ARENDT, 2001a, p. 17), inverteu-se: a política tornou-se finalmente uma continuação da guerra por outros meios. E se, para nós, é natural equacionar poder político e violência, ou seja, se é bastante usual compreender a ação política como violência, sob as categorias da dominação e do ser dominado, da coação e do ser-coagido, é justamente porque nossa tradição de pensamento político confundiu poder com violência e as nossas experiências com a política se desenvolveram essencialmente no campo da violência. No

² Cf. CHÂTELET, 2000, p. 370.

entanto, na guerra fria, paradoxalmente, os aparatos tecnológicos já não tinham um objetivo político correspondente à sua capacidade destrutiva, nem seria justificável o seu uso num conflito armado. A essa altura, a violência, justamente por ter sido elevada ao grau máximo, a ponto de ameaçar não só o inimigo, mas o próprio planeta que a todos abriga, perde grande parte da sua efetividade ou eficácia e a guerra deixa de ser o árbitro final nas disputas internacionais.

TOTALITARISMO E PODER

A reflexão arendtiana sobre o tema do poder surgiu a partir do predomínio da violência no cenário político do nosso tempo e a partir da descoberta de que a filosofia política tradicional, lamentavelmente, não pode aqui nos socorrer na tarefa de elucidação de um sentido eminentemente político do poder. As reflexões propostas pela tradição filosófica obscureceram a dignidade própria da política, concebendo o uso dos meios da violência como a mais flagrante manifestação do poder, como se o fenômeno político fundamental fosse a dominação e o mando.

Para Arendt, o totalitarismo seria a expressão maior desta conexão entre poder e violência. Nos regimes totalitários³, de esquerda e de direita,

³ Os movimentos totalitários se prevaleceram da solidão (*loneliness*) das massas, isto é, da superfluidez e desenraizamento “que atormentavam as massas modernas desde o começo da Revolução Industrial e se tornaram cruciais com o surgimento do imperialismo no fim do século passado e o colapso das instituições políticas e tradições sociais do nosso tempo. Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma” (ARENDT, 2004, p.528). Sem um lugar no mundo, o homem da massa estava devidamente preparado para se reintegrar à sociedade por meio das forças imutáveis e previsíveis (Natureza ou História) que conduziriam a humanidade para o seu destino histórico ou natural, independente de todo interesse individual ou coletivo. E foi o fato dessas massas terem sido formadas pela radical perda do mundo comum e humano e terem sido expulsas de toda comunidade política que tornaram possíveis os inéditos métodos de propaganda política, força bruta e desprezo pela ação e pelo discurso. As massas politicamente organizadas pelos movimentos totalitários não sentiam necessidade e não tinham capacidade de refutar argumentos contrários e, assim, “preferiram métodos que levavam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar de convicção” (ARENDT, 2004, p.362). É assim que a dominação *total e interna* sobre os indivíduos atomizados destrói tanto a esfera pública quanto a esfera privada e não pode ser obtida

tem-se a aplicação direta das leis da natureza ou da história à espécie humana, sustentada pelo conceito de processo, no qual se considera qualquer coisa como uma fase ou momento de evolução ulterior de um movimento sem fim. O governo totalitário não é um regime tradicional de dominação e organização política e sim um “*movimento*, cuja marcha constantemente esbarra contra novos obstáculos que têm de ser eliminados” (ARENDT, 2004, p. 475). Com seus objetivos finais de poder planetário, o *movimento* totalitário confere permanente mobilidade para sua ficção ideológica, para a qual não existe neutralidade possível, pois tudo que se opõe aos irresistíveis e pretensamente irrevogáveis movimentos da Natureza ou da História é um obstáculo a ser destruído pelo terror total, para além de toda individualidade e nacionalidade. Assim, o terror, essência dos regimes totalitários, decorre, em muito, da aplicação da lei do movimento de uma força sobre-humana, seja ela a natureza ou a história, onde não há sentido falar em culpabilidade ou inocência, buscando, deste modo, eliminar radicalmente a espontaneidade da ação e a imprevisibilidade de toda iniciativa, enfim, tudo aquilo que poderia distinguir um homem de outro. É assim que o temor promovido pela fusão totalitária entre poder e violência é inteiramente distinto do medo na tirania, pois nele se perde até mesmo o caráter inspirador para toda e qualquer iniciativa, uma vez que ele nutre nos homens a crença de que nada pode evitar o perigo que se teme.

No profundo desinteresse pessoal ou na ausência de identidade individual expresso pelas massas organizadas pelo totalitarismo, não está em jogo nenhum “idealismo ardente” ou nenhuma convicção

somente com a violência e com o terror. É preciso que a eles se vincule a propaganda como instrumento de convencimento para a adesão das massas, bem como de subjugação ideológica que substitui a “realidade” pela “ficção”. É assim que os governos totalitários criam um vínculo infalível entre a propaganda e o terror, pois todo genocídio e carnificina se tornam “processo histórico” ou “lei natural” a serem apenas exercidas ou sofridas pelo homem, enquanto forças previsíveis e imutáveis que fariam tudo acontecer mais cedo ou mais tarde. As afirmações da propaganda totalitária independem de toda confirmação e discussão no presente, pois somente o futuro cumprirá suas sentenças. Assim que as vítimas são exterminadas, a propaganda profética se transforma em “álibi retrospectivo”.

própria obstinada. “O objetivo da educação totalitária nunca foi insuflar convicções, mas destruir a capacidade de adquiri-las” (ARENDT, 2004, p. 520). Os movimentos totalitários empreenderam destruir até mesmo a capacidade dos indivíduos de adquirirem convicções, de serem afetados por argumentos e pela experiência, enfim, de sentirem o que quer que seja, “mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte” (ARENDT, 2004, p. 358). O domínio total dispensa a convicção, a opinião e qualquer auxílio humano para sua instituição, qualquer traço de espontaneidade e imprevisibilidade, enfim, tudo que possa distinguir um homem do outro. Portanto, o propósito primordial de todo o aparelho de terror e da lógica ideológica dos regimes totalitários consiste em instaurar e organizar as condições necessárias para que os homens se tornem absolutamente supérfluos e desprovidos de um mundo comum. Tanto é que, na ideologia totalitária, o próprio termo “lei” mudou de sentido: deixa de expressar a estrutura de estabilidade dentro da qual podem ocorrer os atos e os movimentos humanos para ser a expressão do próprio movimento. O terror total como “realização da lei do movimento” (ARENDT, 2004, p. 517) controla e engendra a superfluidade dos indivíduos através da paralisação de toda ação espontânea, a fim de liberar e acelerar as irresistíveis forças sobre-humanas do movimento.

Neste sentido, Hannah Arendt enxergou no terror totalitário, como natureza do regime, e na ideologia, como substituição de qualquer princípio inspirador⁴ da ação política, a forma mais flagrante e explícita

⁴ A tese que Arendt pretende sustentar é a de que no totalitarismo o *terror total*, como execução das leis do movimento da Natureza ou da História, define-se como a própria essência do regime que, por imposição de seu modo de ser, dispensa todo princípio inspirador para as ações dos indivíduos, substituindo-o pela *ideologia*. Essa discussão faz referência à célebre análise e classificação das instituições jurídico-políticas empreendidas na obra “O Espírito das Leis”, de Montesquieu, na qual o autor considera que as “formas de governo” podem ser distinguidas a partir de sua “natureza” – que exprime seu modo específico de obtenção e execução do poder – e pelo “princípio” – que anima e inspira as ações dos indivíduos no tratamento dos assuntos públicos. O totalitarismo não poderia expressar um princípio de ação extraído da esfera das ações humanas (tais como a honra, a virtude ou o medo) para guiar a conduta dos indivíduos na esfera pública, visto que o grande propósito do terror total é criar as condições em que esteja eliminado o desejo humano de agir. O totalitarismo substituiu o “princípio da ação” pela *ideologia*, ou seja,

da identificação entre poder e violência. Foi a conjugação totalitária entre terror e ideologia que revelou o quanto a experiência contemporânea do poder político foi realizada *como e a partir* da violência, fazendo-nos crer que a violência é intrínseca aos processos políticos, que não pode haver política sem violência ou que a política implica ou pressupõe o uso da coerção. E foi, enfim, o totalitarismo que trouxe à tona as “correntes subterrâneas” da nossa tradição ao iluminar o modo como as tendências apolíticas e anti-pluralistas de conceitualizações, de Platão a Marx, efetuaram uma identificação teórica entre violência e poder, concedendo um primado à violência como instância central de toda relação política entre os homens.

É por esta via que podemos perceber o quanto a análise arendtiana do poder totalitário evidenciou que as próprias fontes espirituais das quais deveriam advir o significado para os eventos do nosso tempo haviam secado. O totalitarismo promoveu uma quebra de continuidade na história Ocidental, tornando explícito o colapso moral e espiritual da tradição, trazendo à tona as suas “correntes subterrâneas”. A emergência dos regimes totalitários, cuja novidade radical não pode ser subsumida nas categorias da tradição, levou Arendt a reavaliar as concepções mais correntes e sedimentadas do poder. Dito de outro modo, o totalitarismo, evento que ultrapassa as categorias políticas tradicionais, levou Arendt a reavaliar as concepções correntes de poder. No entanto, é preciso salientar que o sentido do poder como liberdade não foi pensado para se compreender o totalitarismo, mas sim como uma forma rebelar-se contra ele. É, portanto, numa franca oposição ao movimento totalitário, que Arendt irá analisar com que dimensões da condição humana a esfera política está associada e, enfim, qual o significado do poder como fenômeno eminentemente político, relacionado com a ação, o discurso, a liberdade, a esfera pública e a pluralidade humana.

É, pois, no contexto em que o emprego dos meios tecnológicos de

por uma preparação mental dos governados que os liberta também da capacidade de pensar ao mesmo tempo em que os desconecta de qualquer relacionamento com os dados da experiência ou com a realidade.

violência atinge seu ápice, com os regimes totalitários e, posteriormente, com a Guerra Fria, que Arendt irá pensar o poder a partir de seu exercício coletivo e das experiências originais de onde emergiu seu sentido eminentemente político, reclamando, desse modo, sua expressão participativa e plural. Para Arendt, a tradição da filosofia política não poderia nos socorrer na tarefa de responder “uma pergunta muito mais radical, agressiva e desesperada: a política tem ainda algum sentido?” (ARENDT, 2009b, p. 162). A pergunta pelo sentido político do poder é formulada por Arendt a partir do diagnóstico de que a tradição só teve olhos para a “política de poder”. Em outros termos, a busca por outra significação do poder político está inserida em uma situação objetiva em que a fusão e a confusão entre poder e violência passaram a representar uma ameaça de efetiva destruição da Terra e do mundo como abrigo estável e assunto comum dos homens. É por isso que, se na reflexão tradicional temos, como vimos, a sujeição da política à categoria meio-objetivo, a identificação da coisa política à violência e a convicção de que a dominação seria o conceito político central, no pensamento arendtiano encontramos uma contundente oposição às mais sedimentadas conceitualizações tradicionais, reivindicando ao político uma dignidade própria, um valor intrínseco e um espaço de realização autônomo que, com base na ação conjunta, tem o seu fim em si mesmo.

PODER, AÇÃO E LIBERDADE

Por esta via, o tema do poder surgiu para Arendt, assim como todos os conceitos políticos por ela reexaminados em sua obra, a partir do entrelaçamento do pensamento político com os dilemas cruciais do presente, ou seja, a partir de uma concreta situação de “confusão e desamparo” (ARENDT, 2007, p. 45). Diante das complexas demandas de seu tempo, a autora desperta para o fato de que passamos a viver em um mundo no qual as bases filosóficas em que a política esteve assentada não eram capazes de formular questões adequadas e significativas e, menos ainda, de dar respostas para as nossas mais recentes e inéditas perplexidades. E essa circunstância reivindica uma confrontação com os problemas mais

elementares da convivência humana a partir de uma reconsideração crítica dos conceitos tradicionais, apropriando-se de seus aspectos impensados e iluminando os seus encobrimentos mais sedimentados.

Contrariamente à reflexão tradicional sobre o poder como dominação e violência, como *poder constituído* (Estado-Nação-Soberania) e como terrorização totalitária das massas conduzidas pelas leis supra-humanas do movimento, Arendt buscou compreender o poder como um fenômeno que nasce sempre de iniciativas humanas, da capacidade que a ação coletiva tem de dar início a processos e constantemente interrompê-los por novas iniciativas. É neste sentido que o poder, para Arendt, não é possuído como a força, nem exercido como a coação, pois depende sempre do “acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções” (ARENDT, 2009a, p.213). A pluralidade humana, por um lado, impede a onipotência e, por outro, a aspiração utópica de onipotência destrói a pluralidade, que é a condição da liberdade, cujo domínio de experiência é a ação política. Por isso, Arendt define a tirania como uma tentativa sempre auto-destrutiva de substituir o poder pela *força*, algo que o indivíduo isolado jamais pode compartilhar com os outros. A falácia do homem poderoso por estar só provém do fato de que o iniciador está só apenas na sua iniciativa e nos riscos que assume, mas não na realização do ato que sempre depende de muitos. Assim, poder e liberdade se equivalem. O poder consiste no livre e espontâneo agir coletivo, sendo, então, um fenômeno do campo da ação humana; não correspondendo, portanto, a uma estrutura, não se igualando à posse de determinados recursos, nem se equivalendo ao atributo de uma determinada pessoa, em razão do seu saber ou da sua origem. O poder e a liberdade estão relacionados com o espaço público, instaurado e mantido pela coexistência humana ou pela ação conjunta dos homens. A liberdade, sendo um fenômeno público, não surge no homem, mas sim *entre* os homens ou absolutamente *fora* do homem, isto é, no mundo comum.

É por isso que Hannah Arendt afirmava: “é muito difícil entender que existe uma esfera em que podemos ser verdadeiramente livres, isto é,

nem movidos por nós mesmos, nem dependentes dos dados da existência material. A liberdade só existe no singular espaço intermediário da política” (ARENDT, 2009b, p.147). Como nem toda forma de inter-relacionamento humano e nem toda espécie de interação se caracteriza pela liberdade, esse espaço da ação no qual pode surgir a liberdade nasce e se mantém entre os homens apenas potencialmente, nunca necessariamente ou para sempre. Onde os homens se encontram uns com os outros, mas não constituem uma convivência politicamente organizada, o fator que rege as suas ações e as suas condutas não é a liberdade, mas as necessidades da vida e a preocupação com sua preservação. Sempre que o mundo criado pelos homens já não é mais palco para ação e discurso, a liberdade não possui realidade concreta, pois falta à liberdade um espaço concreto para aparecer.

O poder consiste, então, em um “potencial de poder”, pois sua fonte de realização é a ação conjunta de uma pluralidade de homens e, assim, ele nunca se confunde completamente com os aparelhos estatais, com a soberania⁵, com a estrutura jurídica ou, enfim, com a sociedade. Se há uma plena coincidência entre poder e governo, poder e Estado ou poder e normatização jurídica, consolida-se a estagnação ou o enrijecimento da comunidade. O poder é o que torna possível a novidade, a inovação e a renovação, pois ele põe em movimento os cidadãos na esfera pública, orientando e inspirando a ação dos homens no tratamento dos assuntos públicos. Nessa medida, Arendt almeja compreender o poder em sua significação genuinamente política, para além da mera institucionalização da violência ou dos mecanismos de dominação que mantêm e reproduzem as condições de manutenção da violência. O que dá legitimidade às comunidades politicamente organizadas não é o contrato social, a dimensão jurídico-econômica, o consenso mudo e anônimo, a soberania ou até mesmo os direitos humanos, mas sim a potencialidade da

⁵ Arendt observa que a equivalência entre “soberania” e “liberdade” contradiz a condição humana da pluralidade, pois vincula liberdade à “auto-suficiência” e “autodomínio”. Para a autora, o mundo não é habitado por um homem, mas pelos homens no plural e o mundo não se torna “comum” meramente porque a força limitada do homem o faz depender do auxílio dos outros homens, como pensa a tradição desde Platão.

liberdade que provém da ação e do discurso.

Deste modo, o poder é constituinte do espaço público e o seu exercício está relacionado com o livre uso da esfera da aparência. Arendt buscou revelar o quanto a existência de um espaço intermediário da ação e da fala é a condição para o poder ou para a potencialidade da convivência ou, em outros termos, a condição para que possamos estar livremente associados em vez de justapostos, desprovidos de interesses comuns, fundidos num só interesse ou fragmentados em interesses privados e mudos, como os meramente econômicos. Por isso, a liberdade, como fenômeno político, pressupõe a igualdade entre desiguais⁶, pois ser livre significa ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. O espaço público só se mantém a partir do cultivo da confiança no “poder” da convivência, isto é, nas potencialidades do espaço público como lugar do aparecer por meio da ação e do discurso.

Hannah Arendt, inspirada na ideia agostiniana de *initium*, acrescenta que os homens, por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, são detentores desse “dom da ação” e, assim, são capazes de tomar iniciativas com os outros e levar a cabo novos processos que jamais existiriam num mundo sem a pluralidade humana. A natalidade é, portanto, a possibilidade de instauração de um novo começo no mundo, porque cada homem é um *initium* que afeta de modo singular a já existente teia de relações humanas. Como diz Arendt: “os

⁶ Para os gregos, essa igualdade entre desiguais que o poder e a liberdade pressupõem foi denominada como “isonomia”. Não se trata de igualdade perante as leis, e sim liberdade de participação no espaço público, cuja realidade é assegurada a cada um somente pela presença de todos. Assim, na pólis a igualdade não estava imediatamente ligada ao conceito de justiça, e sim ao conceito político de liberdade que, por sua vez, significa poder interagir com os outros sem coação, força ou dominação, conduzindo todos os assuntos mediante diálogo e persuasão. Ser livre significava interagir entre si como iguais entre iguais e, assim, não estar sujeito às necessidades da vida e nem ao comando de outro, e também não comandar. O sentido político e não jurídico de “isonomia” repele, portanto, a “autoridade” e a “violência”, ou seja, a relação “mando-obediência” e o “ser-cogido”, pois pressupõe *isegoria*: liberdade de expressão e discurso, para a qual cada um precisa de outros.

seres humanos, saibam eles ou não, na medida em que são capazes de agir, estão aptos a realizar, e realizam mesmo, constantemente, o improvável e o imprevisível” (ARENDT, 2009b, p. 168). A ação, como início, é expressão da novidade que, seguida da imprevisibilidade que lhe é inerente, sempre escapa à “esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre surge sob o disfarce do milagre” (ARENDT, 2009b, p. 191). Do homem, dotado da capacidade da ação, pode-se esperar sempre algo novo, de modo que a cada nascimento pode surgir o infinitamente improvável e o absolutamente inantecipável. Se o terror total, essência dos governos totalitários, buscou fabricar as condições ideais para a aceleração das leis do movimento da História ou da Natureza, supostamente irresistíveis, sobre-humanas e aplicáveis à humanidade, Arendt buscou demonstrar o quanto a natalidade de homens singulares se contrapõe à compressão total dos homens em uma massa supérflua, uma vez que promove a capacidade humana de iniciar sempre novos processos pela ação e pelo discurso.

A liberdade se manifesta na possibilidade conferida a todo homem de inaugurar o novo com os outros. É justamente essa capacidade da ação conjunta de seres livres de “dar início ao novo” que Arendt denomina com o termo “poder”. Contrariamente à reflexão tradicional sobre o poder como dominação e violência, como *poder constituído* (Estado-Nação-Soberania) e como aterroização totalitária das massas conduzidas pelas leis supra-humanas do movimento, Arendt buscou compreender o poder como um fenômeno que nasce sempre de iniciativas humanas, da capacidade que a ação coletiva tem de dar início a processos e constantemente interrompê-los por novas iniciativas. É neste sentido que o poder, para Arendt, não é possuído como a força, nem exercido como a coação. A pluralidade humana, por um lado, impede a onipotência e, por outro, a aspiração utópica de onipotência destrói a pluralidade, que é a condição da liberdade, cujo domínio de experiência é a ação política. Por isso, Arendt define a tirania como uma tentativa sempre autodestrutiva de substituir o poder pela *força*, algo que o indivíduo isolado jamais pode compartilhar com os outros. O poder consiste no livre e espontâneo agir coletivo, sendo, então,

um fenômeno do campo da ação humana; não correspondendo, portanto, a uma estrutura, não se igualando à posse de determinados recursos, nem se equivalendo ao atributo de uma determinada pessoa, em razão do seu saber ou da sua origem. O poder e a liberdade estão relacionados com o espaço público, instaurado e mantido pela coexistência humana ou pela ação conjunta dos homens.

CONCLUSÃO

Portanto, se o totalitarismo almejou “erradicar do coração dos homens o amor à liberdade” (ARENDT, 2004, p. 518), a natalidade traz ao mundo justamente os preceitos de “início” e “liberdade”, pois diz respeito a um ser singular que nunca existiu antes e nunca existirá outra vez. Arendt demonstrou em *Origens do totalitarismo* de que modo até mesmo a natalidade e a mortalidade, as mais gerais condições mundanas da existência humana, foram anuladas nos campos nazistas de extermínio, visto que neles os homens morrem como se jamais tivessem nascido. Trata-se da tentativa totalitária de eliminar a espontaneidade e a imprevisibilidade como manifestações básicas da conduta humana livre.

Dito de outro modo, o terror total edificou, nos campos de extermínio⁷, verdadeiras fábricas de “homens inanimados”. A desumanização totalitária destrói a individualidade dos homens transformando-os em “horríveis marionetes com rostos de homem, todas com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte” (ARENDT, 2004, p. 506). Através da doutrinação ideológica e do terror

⁷ A ausência de propósitos plausíveis na criação dos campos de concentração revelava mais que sua improdutividade ou inutilidade econômica para as conveniências militares, pois manifestavam, sobretudo, um caráter inacreditavelmente *anti-utilitário*. Nos campos, as massas são tratadas como se nunca tivessem existido, e são de tal modo fechadas para o “mundo dos vivos” que tudo se passa como se esses indivíduos, que a ninguém mais interessam, jamais tivessem realmente nascido. Os campos transformam os homens em “cadáveres vivos”. É neste sentido que Arendt denomina os campos de concentração como “fábricas da morte” ou “poços do esquecimento”, pois neles até mesmo a dor e a recordação são eliminadas e a morte é roubada dos indivíduos como desfecho de uma vida realizada.

nos campos de concentração, o totalitarismo reduziu os seres humanos, em sua pluralidade e diferenciação próprias, a um único indivíduo com uma identidade previsível e cientificamente controlada de reações, como no caso de algumas espécies de animais. “Destruir a individualidade é destruir a espontaneidade, a capacidade do homem de iniciar algo novo com os seus próprios recursos, algo que não possa ser explicado à base de reação ao ambiente e aos fatos” (ARENDT, 2004, p. 506), assevera a autora.

A emergência dos regimes totalitários, cuja novidade radical não poderia ser subsumida nas categorias da tradição levou Arendt a reavaliar as concepções mais correntes e sedimentadas do poder. Dito de outro modo, foi um fenômeno específico, qual seja o evento totalitário, aquilo que teria, de forma mais patente, demonstrado a insuficiência das categorias políticas tradicionais para sua compreensão crítica. É, pois, a partir de um novo evento, sem qualquer precedente histórico, que Arendt irá analisar com que dimensões da condição humana a esfera política está associada, qual o significado do poder como fenômeno eminentemente político, relacionado com a ação, o discurso, a esfera pública, pluralidade humana e a liberdade. Arendt reivindica, assim, ao poder, sua identificação com a capacidade de iniciar ou começar algo que ultrapassa o automatismo dos processos naturais, a subjetividade, os interesses privados dos indivíduos e o cálculo instrumental da fabricação.

Abstract: Totalitarianism, for Hannah Arendt, represented the most blatant and explicit identification between power and violence. Opposed to this, the author claims an understanding of power as essentially a political phenomenon, related to the action, speech, freedom, human diversity and the public sphere. This article presents how the Arendt's efforts to rescue the meaning of political power is placed in a situation where the fusion and confusion between power and violence have come to represent an actual threat of destruction of the sense of politics.

Keywords: totalitarianism; power; violence; action; freedom.

Referências

- AGUIAR, O. e outros (orgs.). *Origens do totalitarismo, 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *Sobre a violência*. Trad. André Duarte. 3.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001a.
- _____. *A dignidade da política*. Antônio Abranches (org.). Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002a.
- _____. *Eichmann em Jerusalém*. Trad. Sônia Heinrich. São Paulo: Diagrama & Texto, 2001b.
- _____. *A promessa da política*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009b.
- _____. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought [1953], *Social Research*, Vol. 69, N° 2 (2002b), pp. 273-319.
- _____. Trabalho, obra, ação. Trad. Adriano Correia. Em: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 7, p. 175-201, 2005.
- CHÂTELET, F. (org.). *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CORREIA, A. (org.). *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. (org.). *Hannah Arendt e a condição humana*. Salvador: Quarteto Editora, 2006.

DUARTE, A. (org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LAFER, C. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.